

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

Rossieli, mais uma vez, atira a pedra e esconde a mão

Reunida na terça-feira, 1 de setembro, a Diretoria Estadual Colegiada (DEC) da APEOESP, definiu que nossa entidade se manterá em mobilização permanente até o final do ano contra a reforma administrativa do Bolsonaro e os ataques de Doria/Rossieli, como a volta das aulas presenciais e o PL 529, que ataca o patrimônio público e os direitos dos servidores públicos, entre outros.

Neste Boletim, detalhamos as ações definidas pela DEC para dar continuidade à nossa luta, com o seguinte calendário imediato:

- ➔ 7/9 – Participar das manifestações do Grito dos Excluídos para denunciar o PL 529 e a volta das aulas presenciais. A APEOESP produzirá material específico para essa atividade.
- ➔ 16/9 – Realizar ato unificado de todo o funcionalismo, frentes, centrais e movimentos sociais contra o PL 529.
O ato será precedido de reunião das entidades representativas dos servidores públicos, convocada pela APEOESP, em data a ser definida.
- ➔ 30/9 – participar do Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos

Pela imediata retirada do PL 529!

O PL 529 representa um profundo ataque contra a população paulista. Doria pretende extinguir 11 empresas, autarquias e fundações, que cuidam da saúde, dos transportes, da habitação, da agricultura familiar, do meio ambiente. Em plena pandemia, quer acabar com a Superintendência de Controle de Endemias, a Fundação para o Remédio Popular e a Fundação Oncocentro.

Doria quer também extinguir a CDHU, a maior empresa pública do Brasil na área da habitação. Pretende extinguir a EMTU, empresa de transportes metropolitanos superavitária, o Instituto de Terras, que dá apoio técnico e financeiro a assentamentos agrários. E também o Parque Zoológico e o Instituto Florestal.

O PL 529 também representa uma ingerência inaceitável do governo nas universidades e na FAPESP, que é a Fundação para o Desenvolvimento da Pesquisa do Estado de São Paulo, por meio da retirada de R\$ 1 bilhão, pois Doria pretende transferir recursos advindo dos superávits desses órgãos para a conta do Tesouro.

O IAMSPE é nosso e ninguém coloca a mão!

Além de todos esses ataques inaceitáveis ao patrimônio público, que também promoverão desemprego em massa no funcionalismo, o PL 529 ataca diretamente os direitos dos servidores públicos estaduais e a nossa categoria, ao pretender aumentar as contribuições para o IAMSPE, enquanto o governo mantém sua política de não cumprir a lei, deixando de investir 2% sobre a folha de pagamento, mesmo percentual (cerca de R\$ 1 bilhão) recolhido nos nossos holerites.

Não vamos aceitar! A mobilização unificada de 16/9, na qual tomaremos os cuidados para garantir a segurança sanitária de todas e todos, é fundamental para pressionar o governo, os deputados e as deputadas pela retirada do PL 529 da Assembleia Legislativa.

Ao mesmo tempo, vamos pressionar para que seja debatido e votado na Alesp o PLC 52/2020, que cria a autarquia especial do IAMSPE, assegurando a formação do Conselho de Administração paritário e demais emendas defendidas pela APEOESP e demais entidades do funcionalismo, pois o IAMSPE é nosso!

Vamos denunciar em todos os espaços os planos do Governo Doria. A APEOESP produzirá material conciso e esclarecedor sobre o PL 529, nos posicionando claramente:

- ▶ Contra a entrega do patrimônio público paulista!
- ▶ Contra a especulação imobiliária!
- ▶ Contra a ingerência no IAMSPE, universidades e FAPESP!

Pela revogação da Resolução 61, que promove o genocídio na comunidade escolar

O governo Doria deixou claro para a sociedade que se alinha com a política genocida de Bolsonaro, ao publicar a Resolução 61/2020, pelo qual realiza pressão sobre as comunidades escolares e a elas transfere o ônus pela decisão da volta das aulas presenciais a partir de 8 de setembro.

É inaceitável que o secretário da Educação determine a criação de “comitês locais”, eximindo-se de suas responsabilidades e forçando que pessoas leigas assumam as possíveis e prováveis consequências de uma volta às escolas irresponsável e que colocará em risco a vida de professores, funcionários, estudantes e de suas famílias.

Não! A responsabilidade pela ocorrência de contágios ou óbitos em decorrência desta volta das aulas presenciais será do secretário da Educação e do governador do Estado de São Paulo e assim serão denunciados pela APEOESP em todas as regiões e em todos os espaços possíveis: na mídia, nas ruas, nos bairros, nas câmaras municipais e demais locais. Além disso, serão também responsabilizados judicialmente.

O que pretende o secretário da Educação, ele mesmo já tendo sido vítima da covid-19? Pesquisa da APEOESP, realizada em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil e DIEESE comprovou a realidade que bem conhecemos: as escolas estaduais não oferecem as mínimas condições para assegurar o isolamento social, a higienização, a segurança sanitária, enfim, a proteção à vida, que é a única prioridade nesse momento.

Decorrência deste estudo, está disponível no portal da APEOESP o Manual Técnico para Escolas Saudáveis (<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/escolas-saudaveis/manual-escolas-saudaveis-2/>), que apresenta todas as condições necessárias para que as unidades possam efetivamente assegurar a vida de todos e a qualidade da educação, que nossas escolas estão muito longe de oferecer.

Assim, na reunião que será realizada na próxima quinta-feira, 3/9, a APEOESP confrontará o secretário da Educação, contra a Resolução 61/2020 e demais medidas que visam forçar o retorno das aulas presenciais.

As subsedes da APEOESP devem, entre outras ações:

- a) Manter carros de som circulando nos bairros pra dialogar com professores, estudantes, funcionários, pais, mães, responsáveis e o conjunto da população sobre a política genocida de volta às escolas em plena pandemia.
- b) Ocupar todos os espaços de mídia nas regiões. Para tanto, a Diretoria da APEOESP encaminhará um release aos meios de comunicação e às subsedes.
- c) Orientar todos os professores a exigirem a presença da APEOESP nas consultas às comunidades contra a volta das aulas presenciais. Independentemente disso, as lideranças do nosso Sindicato estarão presentes em todas as escolas e dialogarão com os comitês locais.
- d) Realizar reuniões nas Diretorias de Ensino, dialogar com os supervisores de ensino.
- e) Realizar reuniões com pais e responsáveis para esclarecê-los e construir posição contra a volta às escolas durante a pandemia para que esta imposição seja rejeitada em todas as escolas.

A APEOESP encaminhará às subsedes faixas e outros materiais para que seja realizado este trabalho. Também será veiculada matéria paga na TV.

Ação judicial contra a Resolução 61

De imediato, a APEOESP está ingressando com ação coletiva contra a Resolução 61/2020, em conjunto com todas as entidades da educação que se disponham a unificar nessa iniciativa.

Solidariedade aos professores do Amazonas

A APEOESP manifesta irrestrita solidariedade aos Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas e a todas as professoras e professores daquele estado, face às pressões do governo estadual pela volta das aulas presenciais.